

DOCUMENTO

COMPANHIA DOCAS DE SANTOS **UM ESTUDO DE CASO PARA O PATRIMÔNIO MATERIAL** **COMPANHIA DOCAS DE SANTOS** **A CASE STUDY FOR THE MATERIAL HERITAGE**

VERONICA CASTANHEIRA MACHADO | Mestra em História pela Uerj, bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa.

RESUMO

Este artigo propõe uma análise histórica e tipológica dos documentos manuscritos e cartográficos do edifício sede do Iphan-RJ, antiga Companhia Docas de Santos, pertencentes ao fundo Comissão Construtora da Avenida Central, preservados no Arquivo Nacional. A pesquisa sobre o prédio consistiu em atender as exigências do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas destinadas à restauração de bens do patrimônio material.

Palavras chave: Companhia Docas de Santos; edifício sede do Iphan; Comissão Construtora da Avenida Central; arquitetura.

ABSTRACT

This article proposes a historical and typological analysis of manuscripts and cartographic documents of the building Companhia Docas de Santos belonging to Construction Commission of Central Avenue, preserved in the National Archives. Research on the building was to meet the requirements of the PAC Historical Cities for the restoration of the material heritage assets.

Keywords: Companhia Docas de Santos; Iphan; Construction Committee of Central Avenue; architecture.

RESUMEN

En este artículo se propone un análisis histórico y tipológico de manuscritos y documentos cartográficos del edificio de la Companhia Docas de Santos perteneciente al fondo Comisión de Construcción de la Avenida Central, conservados en el Archivo Nacional. La investigación sobre el edificio iba a cumplir con los requisitos del Programa de Aceleración del Crecimiento – PAC Cidades Históricas para la restauración de los bienes del patrimonio material.

Palabras clave: Companhia Docas de Santos; Iphan; Comité de Construcción de la Avenida Central; arquitectura.

Para gerenciar o empreendimento da abertura da avenida que ligaria o cais e armazéns do porto do Rio de Janeiro ao Centro da cidade, foi necessária a formação da Comissão Construtora da Avenida Central, por decreto de 18 de setembro de 1903, no qual foi estabelecida a coordenação do engenheiro chefe André Gustavo Paulo de Frontin, subordinada ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Dentre as obrigações desta comissão, constava o loteamento e venda dos terrenos, a fiscalização da elaboração dos projetos e o acompanhamento das obras dos edifícios.

Graças à preservação do amplo conjunto documental dessa Comissão, depositado no Arquivo Nacional, hoje temos acesso a um fundo riquíssimo sobre os projetos e obras dos edifícios desta avenida, que reúne plantas de arquitetura, vistas e cortes, além da documentação manuscrita trocada entre os engenheiros da Comissão e os responsáveis pelas obras dos prédios, o que nos ajudou a ter acesso às informações que nortearam as exigências para elaboração dos projetos e o acompanhamento das obras dos edifícios da extensa avenida.

Segundo a descrição do fundo pelo Arquivo Nacional, “a documentação foi recolhida ao Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, em 1950, e em 1983 a Divisão de Documentação Escrita do Arquivo Nacional elaborou um inventário da coleção, tendo por base a relação de recolhimento do acervo, e respeitou, sempre que possível, o arranjo original”.¹

Dentre a extensa documentação desse fundo, apresentamos um estudo sobre o edifício sede do Iphan-RJ, antiga Companhia Docas de Santos. A escolha do prédio deve-se à recente pesquisa histórica cujo fim destinou-se à restauração do imóvel inserido no PAC Cidades Históricas de 2015.² O prédio sede do Iphan-RJ, situado à avenida Rio Branco, 46, esquina com a rua Teófilo Otoni, guarda muitas histórias de mais de um século de existência, e pertenceu ao empresário Eduardo Palassim Guinle em sociedade com Cândido Gaffrée,³ pois ao receberem a concessão do porto de Santos, em 1888,⁴ no auge da exportação de café, eles resolveram instalar a sede da Companhia Docas de Santos na famosa avenida do Rio.

O edifício foi concluído em 1908 e permaneceu como sede da empresa até 1920. Por uma década permaneceu desocupado. Entre 1930 e 1941, foi sede da Companhia Cessionária Docas do Porto da Bahia e de 1941 a 1956 foi alugado pela Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro. Entre os anos de 1956 e 1963, o prédio ficou novamente desocupado, sendo

1 Arquivo Nacional, fundo Comissão Construtora da Avenida Central.

2 O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciado em 2007, é uma iniciativa do governo federal, coordenada pelo Ministério do Planejamento, que promoveu a retomada do planejamento e a execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país.

3 No inventário do prédio, documento elaborado pelo Instituto do Patrimônio Artístico Nacional, em 1980, constam cópias de diversos ofícios escritos por Cândido Gaffrée e abaixo da assinatura verificamos o título de diretor desta empresa. A documentação original encontra-se no fundo da Comissão Construtora da Avenida Central.

4 Em 1888, os empresários Eduardo Palassin Guinle, Francisco de Paula Ribeiro e Cândido Gaffrée receberam da princesa Isabel a concessão, durante 92 anos, do porto de Santos.

reassumido pela Companhia Docas de Santos entre 1963 e 1986. Por fim, em junho de 1986, a Fundação Pró-Memória⁵ passou a ocupar o prédio instalando seus escritórios.

Este edifício representa hoje o legado de um tempo de transição sociocultural de fundamental importância para a história da cidade do Rio de Janeiro. Sendo um entre 83 prédios construídos na antiga avenida Central, hoje avenida Rio Branco, monumental empreendimento do prefeito Francisco Pereira Passos, inaugurado em 1905. Tal concepção procurou elaborar um novo conceito de funcionamento da cidade nos primeiros anos do século XX.

A avenida Central inaugurou também um período que ficou conhecido como a *belle époque* carioca, pois o prefeito Pereira Passos inspirou-se nas reformas urbanísticas de Paris em fins do século XIX, propostas por Georges-Eugène Haussmann (1809-1891). Os prédios construídos na nova avenida seguiram o estilo internacional da época e foram exemplos da modernização urbanística naquele momento. Com destino de abrigar um novo centro de negócios na capital federal, a avenida foi concebida nos seguintes moldes do urbanismo: larga, retilínea, com canteiro central e amplos passeios, iluminada a gás e a luz elétrica, dotada de infraestrutura composta por redes de esgoto, gás, água potável, água pluvial e energia elétrica disponível para todas as construções. Já a estética dos prédios teve influência da Academia Francesa de Belas Artes representada, no Rio de Janeiro, pela Escola de Belas Artes e, em São Paulo, pela Escola Politécnica.

Assim, em março de 1904, a Comissão lançou, na imprensa, um edital para o concurso de fachadas dos prédios a serem construídos ao longo da nova avenida com o objetivo de envolver o público no espírito da novidade e, de certa forma, ter algum controle sobre o estilo estético e arquitetônico dos prédios.

De acordo com o noticiário na época, os proprietários poderiam adquirir extensões de fachadas com número de portas e janelas convenientes à sua necessidade. Já as plantas baixas seriam desenvolvidas posteriormente, conforme o uso da edificação. Os projetos apresentados eram independentes dos terrenos definidos pelo projeto de arruamento da avenida, apenas considerando comprimentos de fachadas pré-definidos. Muitos arquitetos de outros estados e países participaram do concurso, porém não houve qualquer obrigatoriedade de utilização das composições apresentadas no concurso. Isso explica, por exemplo, a diferença entre o projeto da Companhia Docas de Santos, assinado por Francisco de Paula Ramos de Azevedo, e a construção gerenciada pela empresa Antonio Jannuzzi & Irmãos.

Além do concurso, encontramos também dois documentos que estabeleciam regras para a construção dos prédios na avenida: “Regras gerais a que ficam sujeitas as construções na avenida Central e a que se refere ao aviso n. 368”, de 7 de maio de 1904, elaborado pela Comissão Construtora da Avenida Central, e o “decreto municipal n. 391”,⁶ de 10 de fevereiro

5 O prédio foi tombado em 1978 e, em 1986, a Fundação Pró-Memória passou a ocupá-lo, instalando seus escritórios. Essa cronologia simplificada refere-se a um levantamento da documentação sobre o prédio até o ano de 1986, por Ana Luisa D. Leite e Cláudia Coutinho.

6 As regras gerais a que ficam sujeitas as construções na avenida Central e a que se refere ao aviso n. 368 foram publicadas no *Jornal do Brasil*, de 10 de maio de 1904.

de 1903. Com esses documentos, podemos estabelecer um norte para nossa pesquisa histórica e tipológica do prédio, pois na ausência de plantas e outros documentos manuscritos, eles podem nos esclarecer as diretrizes principais para elaboração dos projetos e a consequente construção naquela época.

No primeiro, encontramos determinações sobre a maneira como os projetos deveriam ser elaborados e seus devidos prazos de entrega. Dentre essas, a obrigatoriedade da entrega do desenho das plantas de todos os pavimentos, elevação das fachadas e seções transversais e longitudinais necessárias ao entendimento do projeto em escala de 1/100 ou 1/50. Em relação aos aspectos tecnológicos, não há nenhuma informação nessas regras da Comissão Construtora da Avenida Central, nem são estabelecidos critérios quanto às instalações hidrossanitárias ou elétricas, nem especificações quanto ao sistema estrutural a ser utilizado nas novas edificações.

Já no decreto municipal, instrumento de regulação e postura para a construção, acréscimos e reparos nos prédios da avenida, destacamos o que pode nos ajudar a melhor compreender o sistema construtivo do edifício sede do Iphan:

Capítulo III – Condições a que devem satisfazer todos os prédios a construir ou reconstruir [...] Art. 14 todas as construções satisfarão as seguintes condições: [...] § 2 – As paredes mestras serão levantadas em alicerces construídos sobre terreno firme ou previamente consolidado não tendo nunca menos de 60 cm de profundidade. § 3 – Nas construções de frontal serão levantados pilares convenientemente espaçados e com espessuras necessárias, a juízo da diretoria de obras, sobre as quais serão assentadas as tesouras. § 4 – A argamassa, em geral, será de cimento ou cal, areia ou saibro, não se admitindo, em caso algum, o emprego de argila ouraria do mar. [...] § 24 – O pé direito mínimo das construções será de 4 m no primeiro pavimento, 3,80 m no segundo e 3,60 m nos demais. Nos edifícios de mais de 8 m de largura na fachada sobre a rua, o pé direito será de 4,50 m, 4,20 m, 4,0 m, respectivamente. § 25 – As construções destinadas a latrinas e banheiros poderão ter 2,40 m de pé direito. [...] § 29 – Sob a cobertura dos prédios só se permitirá a colocação de latrinas do sistema “Unitas” ou outro sistema semelhante, munidas de respectiva caixa de descarga.

Nesse sentido, ao analisar o decreto, Simone Zacari-Cardoso (2008) destaca a preocupação com a salubridade nas construções, em acordo com a política sanitária implantada na capital federal a cargo do médico Oswaldo Cruz. Sobre essa política sanitária, houve uma demanda da prefeitura para a elaboração de plantas baixas com esquemas representativos de saída e canalização do esgoto dos prédios na avenida. Este conjunto de plantas está guardado no Arquivo Nacional, porém não tivemos acesso porque a documentação está em péssimo estado de conservação.

No desenho das plantas baixas⁷ foi possível verificar a cotação entre 50 e 75 cm das paredes perimetrais conforme as exigências das Regras da Comissão Construtora da Avenida Central. Para um melhor entendimento do sistema estrutural do prédio da Companhia Docas de Santos, analisamos as plantas e cortes de quatro prédios de uso comercial projetados e/ou construídos por Antonio Jannuzzi⁸ para a família Guinle na avenida Central. Ao observar os quatro projetos, percebemos a ausência de representação gráfica do sistema construtivo, assim, diante da escassa informação, a referência da medida obrigatória das paredes perimetrais das Regras foi fundamental para análise da estrutura do prédio.

Ainda que no § 4 do artigo 14 do decreto municipal seja citado o emprego do cimento nas argamassas, este não especifica a definição dos traços a serem empregados na sua utilização. Porém, por meio da imprensa, encontramos a seguinte informação importante dada pelo construtor Antonio Jannuzzi sobre a maneira que ele empregava a argamassa nas suas construções:

A que eu tenho empregado é de 1 por 3 de cal e saibro das Laranjeiras. É inegável que é superior a essa aqui empregada que é de cal e área em partes iguais. Nesse caso a alvenaria não poderá ter a resistência pedida em tais construções. Para essa argamassa de 1 por 1 de cal e areia ter resistência é necessário tempo, o que não houve na hipótese, dada a celeridade com que iam sendo feitas as obras.⁹

O emprego das paredes perimetrais de alvenaria e miolo de ferro parece configurar um sistema estrutural misto de todos os prédios da avenida, segundo Paulo Santos (1908, p. 39). Ainda que nas plantas baixas e cortes do prédio da Companhia Docas de Santos não tenha representação gráfica do sistema estrutural, verificamos que na relação de materiais importados pela empresa Gafrée e Guinle¹⁰ constam: vigas de aço e *chassis em fonde* para telhado, procedentes da Inglaterra, para todos dos pavimentos do prédio; peças de ferro para o tracejamento do telhado e barrotes para o fosso do edifício, procedentes da Alemanha, e barricas de cimento de diferentes países da Europa, conforme podemos verificar no quadro a seguir:

7 Ver as plantas baixas, o corte e a fachada principal nas imagens do artigo.

8 Antonio Jannuzzi foi autor de 11 projetos e atuou na construção de 14 prédios na avenida Central. Todas as plantas e cortes citados nesta pesquisa pertencem ao fundo da Comissão Construtora da Avenida Central, do Arquivo Nacional.

9 *A Notícia*, “Desabamento”, de 15 de fevereiro de 1906, apud Brenna (1987, p. 445). A notícia é sobre o desabamento do prédio do Clube de Engenharia, com projeto do arquiteto Raphael Rebecchi e construção do arquiteto Heitor de Mello, nos números 124 e 126 da avenida.

10 A Companhia Docas de Santos importava materiais de construção não somente para suas obras, mas era também uma representante comercial desses produtos que eram revendidos no Brasil com a marca CDS.

Quadro 1. Guia de importação de material de construção para o prédio das Docas de Santos¹¹

| Vapor | Procedência | Quantidade | Material | Peso | Data |
|---------------------------|--------------------|-----------------------|--|-------------|------------|
| Mainz, Alemanha | Não informa | 500 | Barricas de cimento | 170 kg cada | 25/4/1905 |
| Teviat, Inglaterra | Antuérpia, Bélgica | 202 | Viga de aço para o 1º pavimento | 50.530 kg | 19/10/1905 |
| Durandale, Inglaterra | Marseille, França | 36.000 | Ladrilho tubular de 0,18 para assoalho | | 7/11/1905 |
| | | 9.000 | Ladrilho tubular de 0,13 | | |
| | | 55.000 | Ladrilho tubular de 0,09 | | |
| | | 8.000 | Telha plana | | |
| | | 400 | Telha | | |
| | | 30 | Telha dupla | | |
| | | 12 | Chassis en fonde para telhado | | |
| Radley, Inglaterra | Antuérpia, Bélgica | 457 | Viga de aço para 3º, 4º e 5º pavimentos | 79.750 kg | 27/11/1905 |
| Nivernais, França | Marseille, França | 12.000 | Tijolos | | 19/12/1905 |
| Inglaterra | Havre, França | 607 | Caixas com ladrilhos | | 12/2/1906 |
| Santos, Alemanha | Hamburgo | 130 | Peças de ferro, acessórios da marca CDS para o tracejamento do telhado e barrotes para o fosso do edifício | 21.399 kg | 21/2/1906 |
| Áustria | Itália | 129 | Caixas de mármore lavrados marca DS para o embasamento do primeiro andar | 46.000 kg | 22/2/1906 |
| Aquitaine, França | Marselha, França | 150 | Barricas de cimento marca “Docas de Santos” | 41.490 kg | 20/3/1906 |
| Alemanha | Antuérpia | 500 | Barricas de cimento marca CDS | 90.000 kg | 20/3/1906 |
| Orléanais, França | Marselha, França | 214 | Caixas de mosaicos de madeira | | 27/3/1906 |
| | | 150 | Barricas de cimento | | |
| Tennyson, Inglaterra | Nova Iorque | 4 | Caixas com trilhos e pertences para o elevador | | 29/6/1906 |
| Homer, Inglaterra | Antuérpia | 10 cxs. 220 ladrilhos | 10 caixas de nº 1 a 10 contendo ladrilhos de vidro | | 16/8/1906 |
| | | 2 cxs. | Caixas de nº 11 e 12 contendo armação de ferro para assentamento dos ladrilhos | | |
| Canarias, França | Havre, França | 30 cxs. | Vidro nº 7982 /7996 /7993 /7998 /8007/ 8008/ 8010 destinados ao edifício | | 6/7/1906 |
| Sparta Prince, Inglaterra | Nova Iorque | 23 volumes | Marca DS Rio nº 1, 2, 30, 26, 101/102, 103/104, 105/118 e 119 contendo material para um ascensor elétrico | 5.957kg | 26/10/1906 |

¹¹ Para elaboração do quadro, analisamos as “Cartas pedindo que o material, importado de diversos países europeus, possa ser retirado da Alfândega, livre do pagamento das taxas alfandegárias”, cujas notações referem-se aos documentos 1C.0.SCC.7.39 ao 1C.0.SCC.7.56.

| | | | | | |
|-------------------|-----------------|--------------------|---|----------|------------|
| Bahia, Alemanha | Hamburgo | 180 volumes | Marca CDS contendo material para escadas e claraboias | | 6/11/1906 |
| | | 6 | Painéis de grade para elevador | | |
| Informa apenas | vapor da Europa | 985 | Peças de ferragem para esquadria do edifício | | 27/11/1906 |
| Corrientes | Havre, França | 30 cxs. 300 telhas | Telhas de vidro marca Roux | 1.380 kg | 29/1/1907 |
| | | 800 | Barricas de cimento | | |
| Halle, Alemanha | Antuérpia | 84 | Vidro com impressão raiada de vermelho nº 10 | 875 kg | 6/7/1907 |
| | | 7 | Vidro para vitrine | 1.795kg | |
| | | 60 | Vidro com impressão branco nº 10 | 1.165kg | |
| | | 6 | Vidro opaco branco | 110kg | |
| Etruria, Alemanha | Antuérpia | 7 | Folha de vidro impresso filigranado de vermelho de 3/4 m/m nº 10, 140x60 c/m 5 m ² , 9220. | 145kg | 4/2/1908 |
| | | 6 | Folha de vidro impresso filigranado de vermelho de 3/4 m/m nº 10, 115x55 c/m 4 m ² , 0014. | | |
| | | 1 | Folha de vidro impresso filigranado de vermelho de 3/4 m/m nº 10, 90x60 c/m 0 m ² , 5400. | | |
| | | 22 | Folha de vidro impresso filigranado de vermelho de 3/4 m/m nº 10, 90x60 c/m 11 m ² , 8800. | 200 kg | |
| | | 6 | Folha de vidro impresso filigranado de vermelho de 3/4 m/m nº 10, 110x70 c/m 4 m ² , 7952. | | |
| | | | Folha de vidro impresso filigranado de vermelho de 3/4 m/m nº 10, 80x70 c/m 6 m ² , 9984. | | |
| | | | Folha de vidro impresso filigranado de vermelho de 3/4 m/m nº 10, 90x60 c/m 1 m ² , 0800. | 160kg | |
| | | | Folha de vidro impresso filigranado de vermelho de 3/4 m/m nº 10, 90x60 c/m 3 m ² , 7800. | | |
| | | | Folha de vidro impresso filigranado de vermelho de 3/4 m/m nº 10, 99x46 c/m 2 m ² , 8512. | | |
| | | | Folha de vidro impresso filigranado de vermelho de 3/4 m/m nº 10, 90x42 c/m 2 m ² , 6460. | | |

Além dessa lista, no ano seguinte à inauguração do prédio, Cândido Gafrée encaminhou um ofício ao presidente da Comissão Fiscal e Administrativa das obras do porto de Rio de Janeiro com o orçamento geral da obra do edifício, de acordo com as plantas e projetos aprovados por essa comissão. Já na resposta, Le Cocq nos oferece indícios dos elementos empregados:

A conta dos construtores A. Jannuzzi Irmãos & Cia. vem detalhada e assinada por eles. Os preços de unidade não são exagerados. *O mármore, a cantaria, a esquadria de luxo,*

as claraboias painéis artísticos, o elevador importam em cerca de 590:000\$000; a decoração e pintura absorvem 175:000\$000; o projeto e administração custaram cerca de 180:000\$000. Deduzindo essas verbas, o custo da obra ainda eleva-se a 1.080:000\$000, e sendo a área do edifício de cerca de 666 m² com 5 pavimentos, o custo do metro quadrado de construção sai a 324\$000, um algarismo elevado que nos parece porém justificado pelo custo elevado das fundações, *dos soalhos de madeira de lei luxuosos, das ferragens artísticas, dos ladrilhos ricos e pelo emprego do cimento* em substituição à cal na maior parte da alvenaria.¹² (grifo nosso)

Esses documentos foram fundamentais para a identificação dos materiais empregados na construção do prédio, bem como para a preservação dos demais elementos decorativos cujas representações nos ajudam a entender não somente as especificações técnicas, mas o contexto histórico em que foi pensada e atribuída a significação conceitual.

Nesse sentido, propomos entender a tipologia da arquitetura do prédio da Companhia Docas de Santos no contexto histórico em que o mesmo foi idealizado, bem como as apropriações das ideias artísticas e socioculturais que circulavam naquele momento. Conforme define Paulo Santos, “as artes industriais e decorativas, quase todas importadas da Europa, seguiam o estilo predominante daquela época, o *art nouveau*. Nas principais revistas que circulavam no RJ nas primeiras décadas do XX, tais como *Kosmos*, *Renascença*, *O Malho*, predominava tal estilo nas ilustrações e na diagramação das matérias” (Paulo Santos apud Ferrez, 1982).

Esse momento é o início da República e de todas as ideias e transformações oriundas desse novo sistema político. A ideia que permeava os novos projetos arquitetônicos consistia na dissociação do referencial colonial português e na criação de um novo cartão postal para o Rio de Janeiro, com traços europeus.

Nesse contexto, o prédio da Companhia Docas de Santos foi projetado pelo arquiteto construtor paulista Francisco de Paula Ramos de Azevedo, de acordo com diversas fontes bibliográficas e referências em alguns documentos do período, porém encontramos apenas duas fotografias da fachada, provavelmente de 1920, no acervo da USP, e nenhum outro documento referente a esta construção nos arquivos públicos e privados de São Paulo. O que nos levou, a princípio, a indagar sobre a autoria do projeto arquitetônico, pois segundo um procedimento muito comum no início do século XX, “Ramos de Azevedo indicava em linhas muito gerais o esquema dos edifícios que devia construir, deixando aos colaboradores o encargo de desenvolver e compor a alvenaria e de executar a decoração, esculturas e pinturas” (Debenedetti, 2011, p. 92).

Entretanto, ao pesquisar, comparar e analisar os projetos de arquitetura de Ramos de Azevedo em São Paulo com o projeto para Docas de Santos, não tivemos dúvidas sobre a autoria. O projeto para o Teatro Municipal de São Paulo iniciou-se em 1903, dois anos antes

¹² Assinado por Luiz Le Cocq Oliveira, engenheiro da Comissão Construtiva da Avenida Central, em 20/4/1910.

do projeto para a Companhia Docas de Santos aprovado em 1905.¹³ O desenho das portas internas do teatro guarda muitas semelhanças com as do prédio das Docas, da mesma forma o emprego dos arcos e colunas internas. O desenho das portas parece inspirado no movimento artístico *Liberty*,¹⁴ uma leitura italiana do estilo *art nouveau* da época. Ramos de Azevedo, engenheiro-arquiteto¹⁵ de grande prestígio e professor da Escola Politécnica em São Paulo, responsável por diversas construções naquele momento, delegou à empresa de Antonio Jannuzzi e Irmãos a responsabilidade pela construção e escolha dos elementos decorativos da fachada e interiores.

Antonio Jannuzzi naquele tempo era o maior construtor da cidade, ele comandava a mais equipada, moderna e eficiente empresa de construção, aquela que melhor estava em condições de respeitar um objetivo inadiável da reforma urbana de Pereira Passos: a rapidez da realização. Era necessário, no período de dois anos, expropriar e demolir quase seiscentos edifícios, aplanar as margens de dois morros, lotear toda área, selecionar os projetos e construir os novos edifícios, dispostos ao longo de quase dois quilômetros com uma largura de 33 metros com calçadas de mosaico português com largura de 7 metros (Cappelli, 2015, p. 105).

Embora o texto anterior tenha sido escrito por um historiador italiano que reivindica a valorização da presença italiana no Rio de Janeiro, concordamos com a atribuição de uma autoria artística de Antonio Jannuzzi na escolha dos materiais, principalmente na realização do belíssimo trabalho de cantaria¹⁶ da fachada do prédio. Esse trabalho, inclusive, foi o argumento principal utilizado por Gilberto Ferrez quando escreveu a carta ao Iphan solicitando o tombamento do prédio, em 1978.¹⁷

13 Nos ofícios trocados entre o engenheiro chefe da Comissão Construtora da Avenida Central e a empresa Antonio Jannuzzi, consta referência ao projeto de Ramos de Azevedo e assinatura de Antonio Jannuzzi.

14 *Liberty* foi uma representação estética italiana na arquitetura, inspirada no estilo artístico *art nouveau* em voga na França nas últimas décadas do século XIX e no Rio de Janeiro no início do século XX. Como o projeto do Teatro Municipal foi elaborado pelos italianos Claudio e Domiziano Rossi, que trabalhavam no escritório de Ramos de Azevedo, é possível que os mesmos também tenham desenhado o edifício da Companhia Docas de Santos, cujo diálogo estético é visível no desenho das esquadrias e ornatos das fachadas.

15 Debenedetti (2011). O curso da Escola Politécnica, em São Paulo, visava formar engenheiros-arquitetos preparados para projetar e construir edificações, em contraste com seus colegas engenheiros civis que deveriam projetar e construir obras de engenharia: pontes, viadutos, portos, canais, estradas de ferro e de rodagem, redes de água e esgoto etc. No Rio de Janeiro, na Escola de Belas Artes, a grade curricular seguia o modelo francês, no qual os arquitetos eram formados em uma escola integrada ao ensino artístico.

16 Debenedetti (2011). Ramos de Azevedo destacou, na imprensa paulista do início do século XX, o trabalho de cantaria dos italianos. Já Cappelli destaca o trabalho de cantaria da empresa Jannuzzi, que teve por mestre seu pai, um artífice respeitado na Calábria.

17 Gilberto Ferrez (1908-2000), neto do fotógrafo Marc Ferrez, foi historiador e colecionador de iconografia brasileira do século XIX e pioneiro no estudo de história da fotografia no país. Em 8 de fevereiro de 1977, Gilberto Ferrez escreveu ao diretor do Iphan uma carta solicitando o tombamento do prédio, cujo argumento deve-se ao fato de que o “edifício possui uma obra de cantaria das mais belas e uma porta de madeira esculpida nobilíssima”.

É importante ressaltar que para o tombamento de um prédio é necessário o levantamento e análise de um conjunto documental a respeito do bem, geralmente representado por plantas baixas, cortes, fotografias e documentações manuscritas. Para a pesquisa do edifício sede do Iphan-RJ, tivemos a feliz surpresa de encontrar um rico fundo preservado que foi de fundamental importância para a análise histórica e tipológica do projeto e construção.

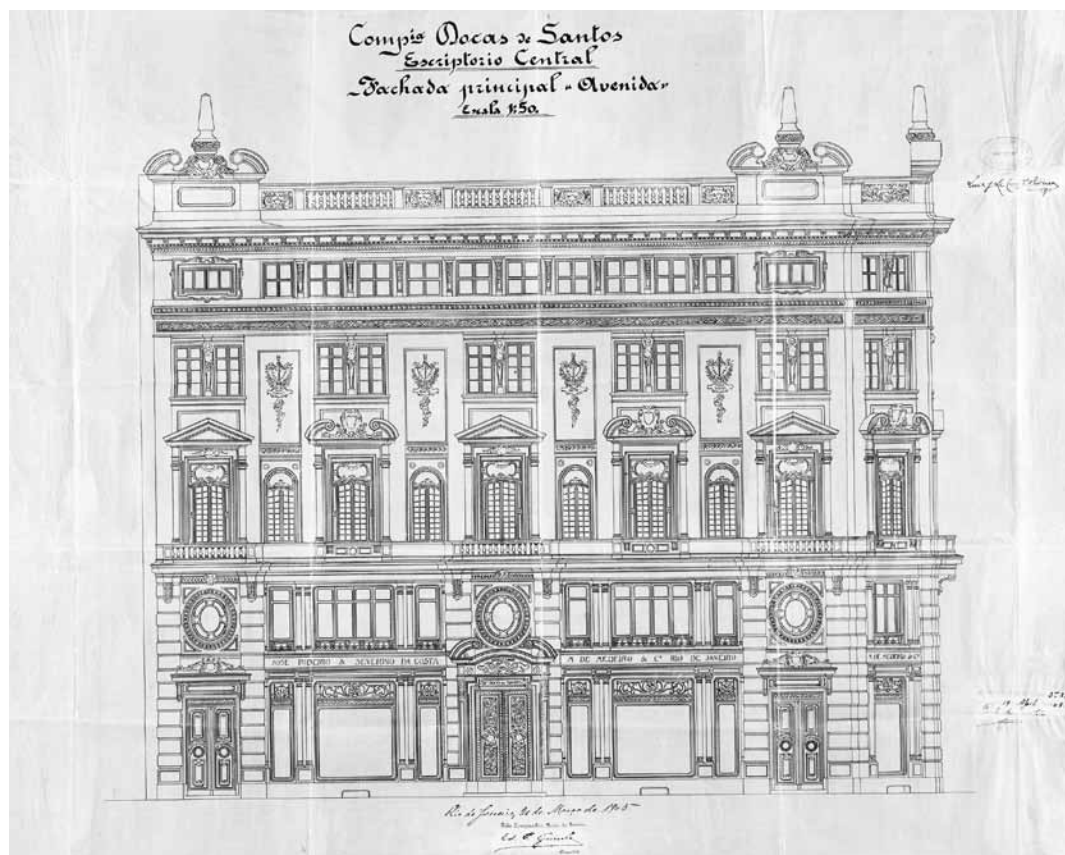
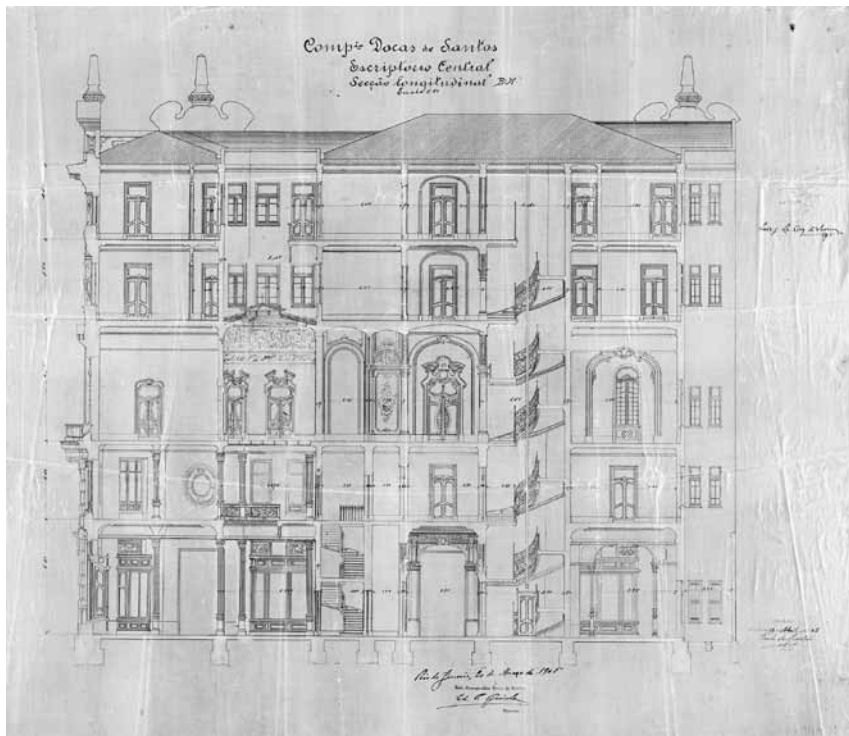
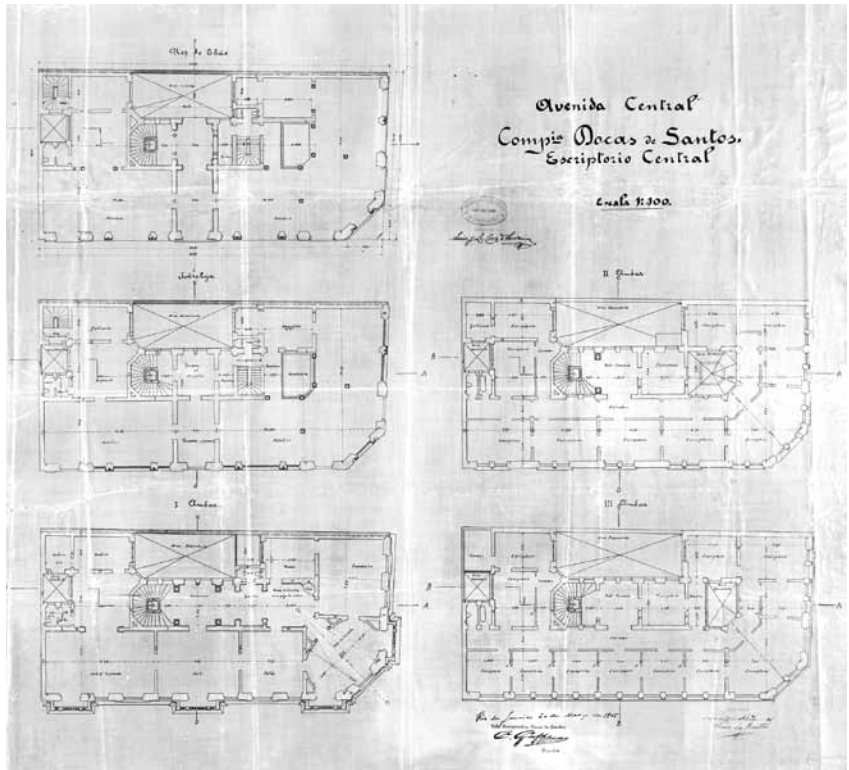


Figura 1. Fachada principal do edifício da Companhia Docas de Santos, 20/3/1905. Fonte: Arquivo Nacional, Cartografia, referência BR RJANRIO 1C.O.MAP.64/f.1

Figura 2. Plantas baixas dos cinco pavimentos do edifício da Companhia Docas de Santos, 20/3/1905. Fonte: Arquivo Nacional, Cartografia, referência BR RJANRIO 1C.O.MAP.64/f.5

Figura 3. Corte longitudinal do edifício da Companhia Docas de Santos, 20/3/1905. Fonte: Arquivo Nacional, Cartografia, referência BR RJANRIO 1C.O.MAP.64/f.3



Fontes do Arquivo Nacional

Coordenação de Documentos Audiovisuais e Cartográficos / Documentos Cartográficos

Fundo Comissão Construtora da Avenida Central, Companhia Docas de Santos, plantas baixas, cortes e fachadas. BR RJANRIO 1C.0.MAP.64/f.1, BR RJANRIO 1C.0.MAP.64/f.2, BR RJANRIO 1C.0.MAP.64/f.3, BR RJANRIO 1C.0.MAP.64/f.4, BR RJANRIO 1C.0.MAP.64/f.5.

Coordenação de Documentos Escritos / Documentos do Executivo e Legislativo

1C.0.SCC.15.158, Ofício n. 99 comunicando o envio das plantas de construções na avenida Central, dos proprietários V. O. Terceira da Penitência, Eduardo Guinle e Costa Pacheco e Companhia.

1C.0.SCC.7.37, Carta enviando as plantas do edifício a ser construído na avenida, esquina da rua Teófilo Otoni, para submetê-las à aprovação da Comissão. Companhia Docas de Santos (autora).

1C.0.SCC.7.39 ao 1C.0.SCC.7.56, Cartas pedindo que o material, importado de diversos países europeus, possa ser retirado da Alfândega livre do pagamento das taxas alfandegárias.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BRENNA, Giovanna Rosso del (org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos: uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro: Index, 1985.

_____. *Ecletismo no Rio de Janeiro*. In: FABRIS, Annateresa (org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel; Edusp, 1987.

CAPPELLI, Vittorio. *A Belle Époque italiana no Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 2015.

CATTAN, Roberto Correia de Mello. *A família Guinle e a arquitetura do Rio de Janeiro: um capítulo do ecletismo carioca nas duas primeiras décadas dos noventa*. 2003. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

COLEÇÃO de leis municipais, volume n. XI-XVI. Decreto n. 391, de 10 de fevereiro de 1904. Rio de Janeiro, 1905. p. 90-106.

COMISSÃO CONSTRUTORA DA AVENIDA CENTRAL. *Regras gerais a que ficam sujeitas as construções na Avenida Central a que se refere o aviso n. 368 de 7 de maio de 1904*. Rio de Janeiro: Typ. Nunes, 1904.

CZAJKOWSKI, Jorge (org.). *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

DEBENEDETTI, Emma. *Arquitetura italiana em São Paulo*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

FERREZ, Marc. *O álbum da avenida Central*. São Paulo: João Fortes; Ex-Líbris, 1982.

SANTOS, Paulo F. Arquitetura e urbanismo na avenida Central. In: FERREZ, Marc. *Álbum Avenida Central*. Rio de Janeiro, 1908.

ZAGARI-CARDOSO, Simone. *Avenida Central: arquitetura e tecnologia no início do século XX*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

Recebido em 1/3/2016
Aprovado em 7/3/2016